

II. Os Documentos e a cultura de sua época

II.2. O português escrito na época medieval.

Bibliografia Específica

CASTRO, Ivo. Introdução à História do Português. Lisboa: Edições Colibri, 2004. 2a ed, 2006.

CASTRO, Ivo. A primitiva produção escrita em português. Orígenes de las lenguas romances en el Reino de León. Siglos IX-XII, León, Centro de Estudios e Investigación San Isidoro, 2004, vol. II, p. 69-97.9

CASTRO, Ivo. Curso de história da língua portuguesa. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.

CINTRA, Luís Felipe Lindley. Sobre o mais antigo texto português. Boletim Nacional de Filologia. Lisboa, 1990.

CORREDOIRA, Fernando Vasquez. A Construção da língua portuguesa frente ao castelhano. Santiago de Compostela: Laiovento; 1998.

COSTA, Avelino de Jesus - Os mais antigos documentos escritos em português: revisão de um problema histórico-linguístico. In Estudos de cronologia, diplomática, paleografia e histórico-linguísticos. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, [s.d.]. http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biblioteca/estudos_de_cronologia.pdf

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

GOMES, Saul António. A chancelaria régia de D. Dinis: breves observações diplomáticas. In Fragmenta Historica: História, Paleografia e Diplomática, Centro de Estudos Históricos/FCT, 2013.

OSÓRIO, Jorge A. D. Dinis: o rei, a língua, e o reino. *Máthesis* 2, 1993.

TEYSSIER, Paul. História da Língua Portuguesa. Lisboa: Sá da Costa, 1997. [Capítulo 1: Do latim aos primeiros textos do galego-português.]

Sumário:

1. Ciclos do português no período medieval
 - 1.1 Os ‘ciclos de expansão’ da Língua Portuguesa (segundo Castro, 2004)
 - 1.2.1 A “produção primitiva” (1214-1250)
 - 1.2.2 O português escrito a partir da segunda metade do século XIII
2. A expansão para o centro-sul e o deslocamento da norma (o problema do ‘*Galego-português*’)
3. As camadas dialetais ‘norte-sul’ – alguns exemplos
 - 3.1 A variação [b]~[v]
 - 3.2 Variações lexicais
 - 3.3 O quadro das sibilantes

1. Ciclos do português no período medieval

1.1 Os ‘ciclos de expansão’ da Língua Portuguesa (segundo Castro, 2004)

Ivo Castro afirma que a história da língua portuguesa é fundamentalmente marcada por sucessivos ciclos de expansão que refletem “*a história da ocupação do território, a formação do estado e os grandes movimentos da nação*”:

O primeiro movimento a considerar pode ser apresentado como uma **transplantação inicial da língua**, que parte de sua área inicial na Gália Magna para se derramar pelo resto do território europeu, onde se sobrepõe ao árabe que as populações reconquistadas falavam. O segundo movimento, igualmente para o sul, consiste em um salto para fora da Europa. Com as Descobertas, a língua instala-se em ilhas atlânticas desabitadas, nos litorais africano e asiático que ofereciam suporte às rotas marítimas, e ainda no litoral brasileiro.(...)

Estes dois movimentos sucessivos de crescimento da língua portuguesa permitem-nos reconhecer a presença e a acção de dois ciclos evolutivos, separados por uma cesura no séc. XV:

- a) o **ciclo da Formação da Língua, que decorre entre os sécs. IX e XV na esteira da Reconquista do território dos árabes**; os povos do norte transplantaram a sua língua para o sul, onde ela se transformou pelo contacto com a língua local e ganhou, a partir do séc. XV, ascendente sobre os dialectos do norte, tornando-se base de uma norma culta de características meridionais, que seria vista como a língua nacional;
- b) o segundo ciclo é o da Expansão da Língua: o período do séc. XV a inícios do séc. XVI é aquele em que a língua mais radicalmente se transfigura. Enquanto se reestruturava e consolidava dentro de portas, a língua portuguesa começa a expandir-se para fora da Europa, pelo que, a partir de então, é preciso distinguir entre português europeu e português extra-europeu.

O ciclo da Formação desenrola-se a partir da introdução de algumas mudanças muito extensas na língua falada no território inicial da Gália Magna, língua que, entre os sécs. V-VII, era ainda uma variedade de latim oral. Simplificando, diremos que duas consoantes muito frequentes iniciam um processo de apagamento quando se encontram em posição intervocálica, o que teve como consequência que todas as palavras que as possuíam mudaram drasticamente de aspecto sonoro. (...) Estes dois fenómenos semelhantes produziram-se apenas **Essa diferença entre a língua da Gália Magna e as suas vizinhas mais chegadas talvez tenham sido o acto de nascimento da nossa língua** na Gália Magna e afectaram o latim aí falado, que passou assim a distinguir-se tanto do latim falado no centro da Península, que daria origem ao castelhano e ao leonês, como do latim falado a sul, na Lusitânia., a que, por respeito pela área em que ocorreu, se pode chamar galego-português. (Castro, 2004:84-85).

Quadro Geral dos “Ciclos do Português” (a partir de Castro, 2004):

até séc. XII	Período Pré-literário:	<i>Reclusão na Gália Magna</i>
sécs. XIII - XIV	Português Antigo	<i>Ciclo da Formação da Língua: Transplantação para o Centro-Sul</i>
sécs. XV - XVII	Português Médio:	<i>Ciclo da Expansão e Elaboração da Língua</i>
sécs. XVIII >	Português Moderno	

1.2 O ‘Ciclo de Formação da Língua’ (da fundação do reino ao final do século XIV)
e sua documentação:

<i>Marcos históricos</i>	<i>Marcos da documentação</i>								
<p>1139-1250</p> <p><i>Fundação do reino:</i> 1139: Batalha de Ourique 1179: Bula de Alexandre III</p> <p><i>Batalhas da ‘Reconquista’:</i> 1064: Tomada de Coimbra, 1147: Tomada de Lisboa, 1168: Tomada de Évora</p> <p><i>Estruturação da administração régia:</i> 1211: Fundação da Chancelaria Régia</p>	<p><i>Produção primitiva</i> (anteriores a 1250)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Notícia do Torto (1214-16) • Testamento de D. Afonso (1214) 								
<p>1250-1385</p> <p><i>Definição das fronteiras:</i></p> <p>1249: Fronteira sul: tomada de Faro 1279: Fronteira oriental: Tratado de Alcanices</p> <p><i>Deslocamento do centro de poder do norte para o centro-sul:</i></p> <p>1255: Lisboa decretada capital do reino</p> <p><i>Reinado de D. Dinis (1279-1325) e o impulso à escrita em português</i></p> <p>1279: Decreto do uso do português na Chancelaria Real</p> <p><i>Consolidação da burocracia de estado</i></p> <p>1378: Fundação do Arquivo da Torre do Tombo</p> <p><i>Crise dinástica e fundação da dinastia de Avis (‘Revolução de Avis’):</i> 1385: Batalha de Aljubarrota</p>	<p><i>Documentos jurídicos</i> (~ 1250 em diante)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Documentos da Chancelaria de Dom Afonso III – Leis Gerais e Inquirições: <table style="margin-left: 20px;"> <tr> <td>1255</td> <td>2 docs.</td> </tr> <tr> <td>1260</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>1266</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>1269-1279</td> <td>22 (cf. Castro, 2004)</td> </tr> </table> • Documentos notariais particulares <p><i>Produção Poética</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Cancioneiro Religioso e Cancioneiro Profano (<i>Cancioneiro da Ajuda</i>, ~1275) <p><i>Documentos jurídicos</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Documentos da Chancelaria de D. Diniz: 1291-1295, 542 diplomas; no total, 2950 atos (cf. Gomes, 2013) <p><i>Prosa Literária e Não-literária</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Ciclo do Graal - Matéria da Bretanha (<i>Livro de José de Arimatéia</i>, ~1314, cp.1544) • Historiografia (<i>Crónica Geral da Espanha</i>, 1344) • Nobiliários (<i>Livro das Linhagens de D. Pedro</i>, ~1357) 	1255	2 docs.	1260	1	1266	1	1269-1279	22 (cf. Castro, 2004)
1255	2 docs.								
1260	1								
1266	1								
1269-1279	22 (cf. Castro, 2004)								

1.2.1 A “produção primitiva” (1214-1250)

Castro, 2004:

Documento da chancelaria de D. Afonso II: 1 (testamento de Afonso II)

Documentos da chancelaria de D. Afonso III (1255-1279):	26	
	1255	2 docs.
	1260	1
	1266	1
	1269-1279	22

Exemplo da ‘produção primitiva’: “Notícia do Torto” (cf. Resumo 4)

Aquilo que chama imediatamente a nossa atenção quando empreendemos a análise linguística da Notícia de Torto - que, como ficou atrás dito, agora sabemos seguramente ter sido redigida entre 1214 e 1216 nos arredores de Braga - é o caráter **arcaico e hesitante** da sua maneira de representar os sons do galego-português antigo (Cintra, 1990).

Aspectos fonéticos do português com maiores desafios de representação gráfica nos textos mais antigos:

- Consoantes Palatais
- Africadas ou fricativas dentais provenientes da palatalização de outras consoantes
- Representação das vogais e ditongos nasais

cf. Anexos ao Resumo 4:

Anexo 1: “Notícia de Torto” - edição

Anexo 2: “Notícia de Torto” – comentário linguístico

Anexo 3: Apontamentos de fonética histórica

1.2.2 O português escrito a partir da segunda metade do século XIII

A produção frequente de documentos em português é conhecida a partir da segunda metade do séc. XIII: em 1255 começam a ser escritos em português alguns dos documentos saídos da chancelaria de Afonso III, embora uma parte se mantenha em latim, e é só em 1279, com D. Dinis, que se torna sistemático o uso do português como língua dos documentos emanados da corte, uso que progressivamente é imitado pelos restantes centros produtores. (...)

Ou seja: na verdade é apenas nos dez últimos anos do reinado de Afonso III, e precedendo a sua oficialização no reinado seguinte, que se alarga e consolida o uso escrito da língua portuguesa nos documentos do governo, após experiências que têm de ser consideradas como esporádicas. Como, afinal, todas as outras experiências anteriores de que temos tido conhecimento. (Castro, 2004)

D. Dinis teve um longo reinado e uma chancelaria muito produtiva. Não dispomos de números absolutos que nos permitam apresentar os quantitativos de atos redigidos pela chancelaria deste soberano. O Livro II da sua chancelaria, já mencionado, arrolando atos sobremodo para os anos de 1291 a 1295, posto que com alguns diplomas de anos anteriores e posteriores, compila um total de 542 diplomas. Bernardo Sá Nogueira referenciou um corpo documental dionisino, nos livros de registo da chancelaria deste monarca, composto por **2950 atos**. O mesmo autor contabilizou 1343 apresentações de clérigos em igrejas de

padroado real para os anos de 1279 a 1321. No antigo cartório do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, hoje na Torre do Tombo, de todos os reis medievais portugueses, é D. Dinis o que mais se documenta em número de diplomas subsistentes. (Gomes, 2013)

O reinado dionisino foi suficientemente longo para que o monarca português pudesse concretizar uma sequência de iniciativas e de actos políticos que permitiram fixar e institucionalizar alguns dos aspectos fundamentais do país nos 700 anos seguintes. Em termos de política externa há que destacar a assinatura do Tratado de Alcanices em 1279; em termos de política interna, o impulso dado a aspectos do desenvolvimento económico do reino, **a criação dos Estudos Gerais em 1290**, a nacionalização das Ordens militares, com a criação da Ordem de Cristo, o lançamento das bases de uma verdadeira administração interna contextualizada pela difusão crescente da influência do direito romano, que será factor fundamental para a estruturação do Estado e para o progressivo afastamento de uma configuração estritamente senhorial, como se tornará mais evidente no séc. XV. (...)

Este movimento deve ser visto na sua sequência histórica. D. Afonso III seguiu uma estratégia de domesticação da fidalguia, favorecendo uma nobreza de corte, submissa e fiel, aspecto com que de certeza se devem relacionar tanto o impulso dado ao cultivo da poesia galego-portuguesa, agora cada vez mais acolhida na corte do rei, ao invés do que sucedera até então, como a tradução para português da Demanda do Santo Graal, toda ela imbuída de dimensões doutrinárias das quais a menor não terá sido certamente o exemplo da corte arturiana, onde o rei aparecia servido por uma aristocracia guerreira submissa. Mas o interessante é notar que, se em 1319 [?] o infante D. Afonso incluía no seu grupo de apoiadores elementos da fidalguia de corte, da segunda ou terceira nobreza e sobretudo filhos segundos ou bastardos, nomeadamente da área a norte do Mondego, D. Dinis aparece-nos buscando o apoio dos concelhos por um lado e, por outro, de alguns elementos de uma fidalguia menor, mas que tem a característica de **se centrar na área de Lisboa**. (Osório, 1993)

2. A expansão para o centro-sul e o deslocamento da norma (o problema do ‘Galego-português’)

A invasão muçulmana e a Reconquista são acontecimentos determinantes na formação de três línguas peninsulares — o galego-português a oeste, o castelhano no centro e o catalão a leste. **Estas línguas, todas três nascidas no Norte, foram levadas para o Sul pela Reconquista**. Nas regiões setentrionais, onde se formaram os reinos cristãos, a influência lingüística e cultural dos muçulmanos tinha sido, evidentemente, mais fraca que nas demais regiões. No Oeste em particular, a marca árabe-islâmica é muito superficial ao norte do Douro, ou seja, na região que corresponde hoje à Galícia e ao extremo norte de Portugal. À medida que se avança para o sul, ela vai se tornando mais saliente, sendo profunda e duradoura do Mondego ao Algarve. Foi na primeira destas regiões, ao norte do Douro — tendo talvez como limite extremo o curso do Vouga, entre o Douro e o Mondego —, que se formou a língua galego-portuguesa, cujos primeiros textos escritos aparecem no século XIII. (Teyssier, 2006).

Discute-se se o galego e o português fizeram caminho juntos durante muito ou pouco tempo. (...)

Como seria na Idade Média? Os trovadores - galegos, portugueses e castelhanos - escreviam todos na mesma língua, mas era uma língua artificial e não necessariamente a língua que cada um falava. Nessa língua literária, (...), não se observam traços que apontem para uma separação regional, mas dificilmente os poetas, ao falar, usariam dessa língua unificada. Pode ser que o galego e o português já estivessem a se separar.

De qualquer forma, a sua separação definitiva ocorreu no final do ciclo em exame, através de um episódio intercalar de elaboração da língua, processo coincidente e decerto relacionado com as grandes alterações sociais e políticas já referidas. (...)

Enquanto o centro-sul se torna cada vez mais influente, o norte de Portugal perde o estatuto de berço do reino e passa a ser visto como uma província distante. E a Galiza, com a qual tem as maiores afinidades, torna-se ainda mais distante. As transformações que o português então sofre afastam-no da matriz medieval galego-portuguesa (...).

Na soma dessas mudanças reconhece-se um **processo de elaboração linguística, um acto de recusa das origens** com o qual a língua portuguesa atinge o fim do seu período de formação e de crescimento, que precede um pouco o final da Idade Média. (Castro, 2004:86-87, grifo meu)

Duarte Nunes de Lião, *Origem da língua portuguesa, 1606:*

Era a língua Portuguesa na saída daquele cativoiro dos Mouros mui rude, e mui curta, e falta de palavras, e cousas, por o mísero estado, em que a terra estivera: o que lhe conveio tomar de outras gentes, como fez.

Polo que sua meninice foi no tempo del Rei dom Afonso VI, de Castela [1076-1109], e no do Conde dom Henrique [1139-1185] até o del Rei dom Dinis de Portugal [1279-1325] que teve alguma policia, e foi o primeiro que pos as leis em ordem, e mandou fazer compilação delas, e compôs muitas cousas em metro à imitação dos Poetas Provençais, como se melhorou a língua Castelhana em tempo del Rei dom Afonso o sábio [1252-1284] seu avô, que mandou escrever a crônica geral de Espanha, e compilar as sete partidas das leis de Castela, obra grave, e mui honrada, posto que rude nas palavras, como também mandou traladar muitos autores da língua latina na Castelhana.

E assi se foram ornando ambas as línguas, Portuguesa e Castelhana até a policia em que agora estão.” (Lião, 1606:30-33; minha edição, meus grifos)

É ponto assente que a norma-padrão portuguesa se constitui sobre as bases dos falares da região centro-sul. É neste território que se situa a Universidade, o mosteiro de Alcobaça, a Corte, e o “centro político da nação”. Desde cedo, Lisboa torna-se o principal pólo económico e a capital política do Reino. A expansão ultramarina acentua ainda a sua posição dominante no conjunto do país. A hipertrofia lisboeta, notam geógrafos e historiadores, é elemento fundamental na estruturação de Portugal. (Corredoira, 1998:57).

3. As camadas dialetais ‘norte-sul’ – alguns exemplos

3.1 A variação [b]~[v]



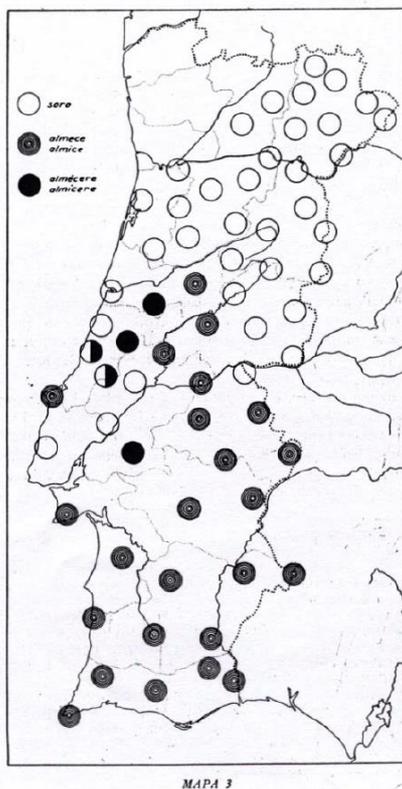
A variação entre [b] e [v] é um aspecto que marca a divisão básica da região da região do galego-português como um todo entre sua parte do **norte e centro** – incluindo a região da atual Galiza e o norte e o centro de Portugal – e sua parte mais ao **sul**. Nos dialetos setentrionais e centrais, a pronúncia predominante é [b]; nos meridionais, há variação com [v]; na norma estabelecida, [v] (exemplos: *vassoura*, *varrer*).

FIGURA 1. MAPA: Distribuição das variantes [b]/[v] - [v]asoira / [b]asoira

Fonte: *Atlas Lingüístico del Gallego, Tablón de mapas de las soluciones territoriales gallegoportuguesas. Mapa 2, [b]/[v]. Iberolingua,*

http://www.iberolingua.com/pagines_mapes/mapes_atles/pagines_mapes_atles_gallec/tem_comparacio_morfologia_4_es.htm

3.2 Variações lexicais

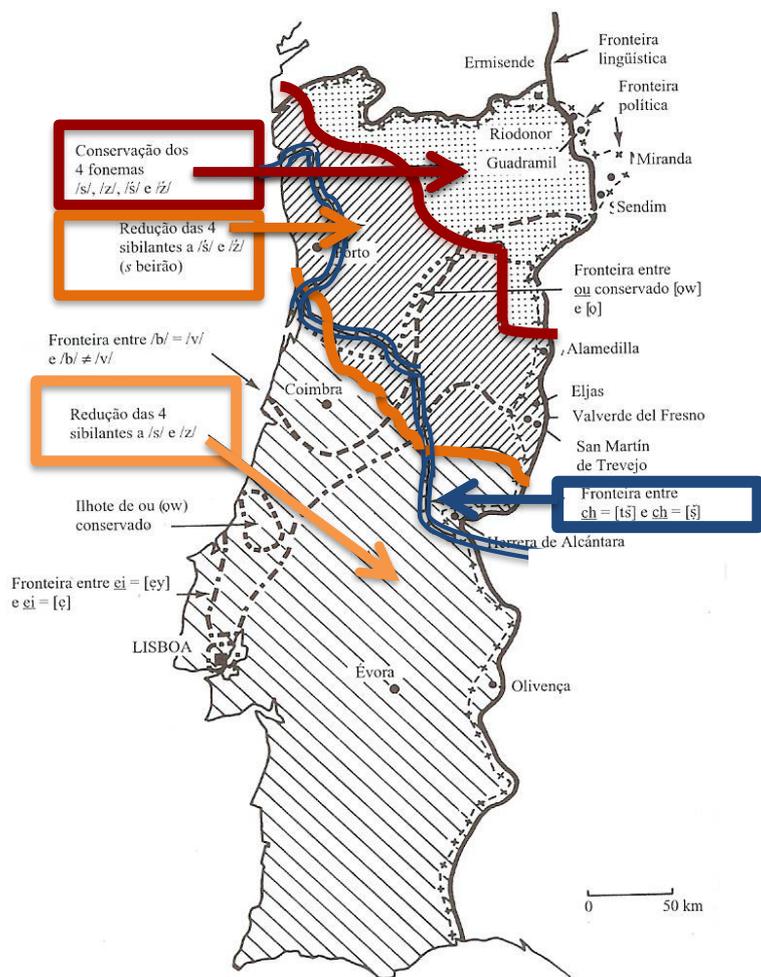


A variação nos itens lexicais ‘soro’ e ‘almócer’, conforme registrada por Cintra em 1962, mostra uma separação entre o **norte** de Portugal de um lado e o **centro-sul** de outro (neste caso, sem incluir a região da Galiza no mapa; mas, aí, também, ‘soro’).

FIGURA 2. MAPA: Distribuição das variantes ‘soro’ vs. ‘almócer/almócere’.

Fonte: L. Cintra, *Áreas lexicais no território português* (1962), *Mapa 3.*

3.3 O quadro das sibilantes



A pronúncia das sibilantes separa a área linguística do galego-português em três zonas dialetais básicas: a porção do Galego, a do norte de Portugal, e a do centro-sul de Portugal (refletindo perfeitamente a proposta de Cintra, 1971). A região do norte de Portugal aparece como uma ‘zona intermediária’ entre os dialetos galegos e os dialetos portugueses centro-meridionais.

FIGURA 3. MAPA: Fronteiras dialetais portuguesas; destaque para a pronúncia das sibilantes. Fonte: Teyssier (1980), Mapa 2, p. 9. Adaptado.

Quadro: Explicitação dos fenômenos relativos às sibilantes no mapa ‘Fronteiras dialetais portuguesas’

	(surdas)	(sonoras)		
1) Dialetos galegos	/s/ /s'~/~θ/ /j/ /t/	passo: pa[s]o rosa: ro[s]a caça: ca[θ]a fazer: fa[θ]er enxada: en[ɲ]ada hoje: ho[j]e chuva: [t]juva	Ø Ø	
2) Dialetos portugueses do norte	/s/ /s'/ /j/ /t/	passo: pa[s]o caça: ca[s']a enxada: en[ɲ]ada chuva: [t]juva	/z/ /z'/ /z/ /dʒ/	rosa: ro[z]a, casa: ca[z']a hoje: ho[ʒ]e jóia: /dʒ/oiá
3) Dialetos portugueses do centro-sul	/s/ /j/	passo: pa[s]o caça: ca[s]a enxada: en[ɲ]ada chuva: [j]juva	/z/ /z/	rosa: ro[z]a casa: ca[z]a hoje: ho[ʒ]e jóia: [ʒ]oiá

Quadro-Resumo (reconstrução diacrônica do quadro das sibilantes)

	<i>(latim)</i>	Hipóteses de mudanças anteriores à documentação escrita	I Período de documentação escrita inicial (séc. XIII)	II Documentação clássica (XVI)	<i>grafias modernas</i>
Palatalizações de velares e dentais latinas:					
[k]_i,e > *[tj] > [ts] > [s]	[k], CIVITATE CENTO	>*[tj], *[tj]dade, *[tj]ento	> [ts], [ts]idade [ts]ento	> [s], [s]idade [s]ento	<c>, cidade cento
[g]_i,e > *[dj] > [dʒ] > [ʒ]	[g], GENTEM	>*[dj], *[dj]ente	> [dʒ], [dʒ]ente	> [ʒ], [ʒ]ente	<g>, gente
[t]_i,e > *[tj] > [ts] > [s] *[dj] > [dʒ] > [ʒ]	[t], PRETIUM PRETIARE	>*[tj], *pre[tj]um >*[dj], *pre[dj]are	> [ts], pre[ts]o > [dʒ], pre[dʒ]ar	> [s], pre[s]o > [ʒ], pre[ʒ]ar	<ç>, preço <z>, prezar
[d]_i,e > *[dj] > [dʒ] > [ʒ]	[d], HODIE	>*[dj], *ho[dj]e	> [dʒ], ho[dʒ]e	> [ʒ], ho[ʒ]e	<j>, hoje
Palatalizações de sibilantes latinas:					
[s]_y > [ʒ] [s]_e > [j]	[s], BASYUM RUSSEUM		> [ʒ], bei[ʒ]o > [j], ro[j]o	> [ʒ], bei[ʒ]o > [j], ro[j]o	<j>, beijo <x>, roxo
Palatalizações de grupos consonantais latinos:					
[p] > *[plj] > [ʃ] > [j] [k] > *[klj] > [ʃ] > [j] [f] > *[flj] > [ʃ] > [j]	[p], PLUVIA [k], CLAMARE [f], FLAMMA	> *[plj], *[plj]uvia > *[klj], *[klj]amare > *[flj], *[flj]amma	> [ʃ], [ʃ]uva [ʃ]amar [ʃ]ama	> [j], [j]uva [j]amar [j]ama	<ch>, chuva chamar chama

O latim depositou no galego-português, em todo território, uma distinção entre as sibilantes provenientes do *s* latino, consoante que era apenas surda mas que, na evolução posterior do latim falado, se desdobrou numa correspondente sonora, igualmente grafada com *s*, mas que corresponde ao fonema /z/ quando se encontra em posição intervocálica. Este par, de /s/ surdo e /z/ sonoro, era articulado durante o português medieval como fricativo ápico-alveolar, possivelmente pouco palatalizado. Por outro lado, no português medieval havia um par de consoantes derivadas de vários sons latinos, mas principalmente do *c*, pronunciado /k/. Esta consoante, quando seguida de vogal palatal [e] ou [i], transformara-se numa africada palatal [tʃ], (...), a qual despalatalizou para uma africada predorso-dental [ts], por sua vez desdobrada numa correspondente sonora [dz]. No português medieval, este par [ts]/[dz], que correspondia às grafias *c* e *z*, com a variante *ç* para as surdas, sofreu um desfricamento (com perda do elemento oclusivo), e foxou-se no par de fricativas predorso-dentais /s/ e /z/, fonologicamente distintas das ápico-alveolares (...). Assim, era muito fácil distinguir pela pronúncia e pela escrita as palavras *servo* (criado) e *coser* (costurar) de *cervo* (veado) e *cozer* (cozinhar). Enquanto as primeiras tinham pronúncia apical, as sibilantes de *cervo* e *cozer* eram predorsais. (Castro 2004:28-29)

Foi nos dialectos do sul de Portugal que teve início uma transformação, durante a Idade Média, conhecida com o nome de *sesseio*. O *sesseio* consiste na confusão entre as sibilantes apicais e predorsais, seguida da transformação das apicais em predorsais, ou, dito de outra maneira, o desaparecimento das apicais, passando as palavras que continham sibilantes apicais a serem produzidas com consoantes predorso-dentais. O *sesseio* generalizou-se no sul de Portugal e foi acolhido no Português padrão. (Castro 2004:29)